Opinião do GLOBO

Caos no Equador serve de alerta para o Brasil

Explosão de violência no país é resultado do fracasso do Estado ao enfrentar crime organizado

O caos institucional imposto ao Equador pelas facções do narcotráfico é um alerta para o Brasil e para outros países que enfrentam o poder desafiador de organizações criminosas transnacionais. As cenas de terror que se espalharam pelo país nos últimos dias expõem de forma didática o que pode acontecer quando o Estado falha no combate ao crime organizado e cede terreno à anomia e à barbárie.

A violência, já presente no cotidiano da população equatoriana, explodiu depois do último domingo, quando fugiu da prisão o chefe da facção criminosa Los Choneros, vinculada aos cartéis de drogas do México e da Colômbia. Rebeliões eclodiram nos presídios. Ao menos sete policiais foram sequestrados. Grupos criminosos tomaram universidades e hospitais, disseminando o pânico. Homens encapuzados e armados invadiram um estúdio da TV estatal, promovendo cenas de terror transmitidas ao vivo. Explosões e saques tomaram conta das ruas. Os episódios já deixaram pelo menos 13 mortos.

O descontrole é a primeira crise enfrentada pelo presidente Daniel Noboa, de 36 anos, há menos de dois meses no poder. Depois de decretar estado de exceção, ele declarou conflito armado interno e ordenou às Forças Armadas neutralizar organizações criminosas envolvidas com o narcotráfico (22 foram classificadas como terroristas).

Noboa foi eleito com um discurso de combate ao crime organizado inspirado nas políticas radicais do salvadorenho Nayib Bukele em sua guerra às drogas. Na campanha, chegou a prometer comprar barcos-prisão para confinar líderes de facções no Pacífico, longe da costa. Agora anunciou que erguerá dois presídios de segurança máxima para abrigar os traficantes, despertando protestos em comunidades indígenas afetadas pelas obras. Os fatos lhe impõem um desafio impossível de enfrentar na base do populismo.

A explosão da violência no Equador é recente. Entre 2018 e 2023, o índice de homicídios saltou de 6 para 46 por 100 mil habitantes (no Brasil, foi de 23,3 por 100 mil em 2022). A escalada é influenciada pelas facções criminosas, que disputam espaço na vida pública. Em agosto passado, o candidato à Presidência Fernando Villavicencio, depois de ameaçado pelo líder dos Choneros, foi assassinado a tiros ao deixar um comício numa escola em Quito.

Evidentemente, a realidade do Equador é distinta da brasileira. Mas há semelhanças no modo como as facções agem ao afrontar o Estado por meio do caos e do terror à população. Não se pode ignorar que extensões significativas do território brasileiro, especialmente nas comunidades pobres ou áreas da Amazônia, estão sob controle de bandidos que impõem suas próprias leis. As cadeias são focos de tensão permanente e, muitas vezes, servem de ponto de partida para execuções e ataques violentos ao patrimônio público.

Não se pode transigir com o crime. Sempre que o Estado negligencia seu papel fundamental na segurança pública, a violência explode, pondo em risco a estabilidade e a sobrevivência das instituições. Compreende-se que o combate às organizações do narcotráfico não é tarefa simples. Exige recursos humanos e materiais vultosos, cooperação federativa e políticas permanentes. No Brasil, o governo federal tem resistido a reconhecer sua responsabilidade na questão, empurrando aos estados a missão de combater facções criminosas cujo poder só faz crescer. O Equador deveria servir de alerta.

Desvios no Maranhão mostram como é difícil implantar políticas educacionais

Inspeção do tribunal de contas local constatou fraudes de R$ 1,5 bilhão em ensino integral, para jovens e adultos

As deficiências da educação brasileira se tornam mais dramáticas quando recursos que deveriam saná-las se perdem devido à corrupção, à inépcia ou ao desleixo. É o que acontece em municípios do Maranhão, onde verbas do Ministério da Educação destinadas à Educação de Jovens e Adultos (EJA) e ao ensino em tempo integral vão para o ralo, como mostrou reportagem de Fantástico.

Uma inspeção feita pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) maranhense revelou que, para receber verbas do MEC no ano passado, cidades matricularam cidadãos que já morreram ou criaram turmas em tempo integral que não existem. As fraudes somam, de acordo com o presidente do TCE, Marcelo Tavares, cerca de R$ 1,5 bilhão. Entre 80% e 90% dos casos analisados têm problemas, segundo ele.

A cidade de São José de Ribamar recebeu R$ 32,5 milhões do MEC para manter 21.186 alunos em tempo integral. Pela inspeção do TCE, não mais que 333 passam o dia todo na escola. O prefeito do município, Julio Cesar de Souza Matos, o Dr. Julinho, alegou que a escola tem educação integral, "mas não precisa ter tempo integral". A prefeitura de Turiaçu informou ter 7.500 alunos estudando em 63 escolas de tempo integral, por isso recebeu R$ 12 milhões do MEC. Os próprios moradores desconhecem a modalidade.

Os números inflados chamaram a atenção do TCE. Cidades-alvo da inspeção têm sido exceções no Brasil.

A prática nefasta pune duplamente a população. Primeiro, porque negalhe um direito fundamental, num país que luta para melhorar seus indicadores educacionais (enquanto prefeituras recebiam para dar aulas a mortos, uma maranhense de 55 anos, desempregada, disse ao Fantástico que pagava R$ 50 por mês para aprender a ler e escrever). Segundo, porque a conta da corrupção sobra para a própria sociedade, obrigada a pagar por um serviço inexistente. Muito se critica a falta de verba para a educação básica. Como se vê, não é que falte só dinheiro. Faltam fiscalização, gestão e honestidade.

Certamente o descontrole não ocorre só em cidades do Maranhão. Em princípio, prefeituras e gestores que desviam verbas estão sujeitos a punições como multas, devolução do valor desviado e até a inelegibilidade do prefeito. Infelizmente a descoberta e a punição dos envolvidos em irregularidades têm sido exceções no Brasil.

Fiscalização, gestão e honestidade.

Artigos

oglobo.globo.com/opiniao/
cartas@oglobo.com.br

MERVAL PEREIRA

blogs.oglobo.globo.com/merval-pereira
editoria.artigos@oglobo.com.br

Votos contra a polarização

Num momento em que vivemos uma realidade política radicalizada, que não dá espaço para a expressão de um centro político, calcificando posições extremas, buscam-se caminhos para impedir que o poder do dinheiro, ou de promessas populistas, formem uma "maioria aparente". Na semana passada escrevi que é uma falácia dizer que a composição da Câmara representa a sociedade brasileira, contrariando uma tese amplamente divulgada para justificar atitudes de deputados, e mesmo resultados de votações.

Há diversos experimentos, especialmente nos Estados Unidos, para tentar superar a polarização política e fazer com que o resultado das urnas espelhe realmente o desejo amplo dos eleitores. Ronaldo Lemos, especialista em tecnologia do Instituto de Tecnologia e Sociedade (ITS Rio), lembrou outro dia que a mudança nos critérios de votação para o Big Brother Brasil (BBB) mostra que qualquer eleição pode ser influenciada por diversos fatores que desvirtuam a vontade real da maioria.

Dois desses experimentos, sobre os quais já escrevi em 2018 — as mudanças custam a acontecer —, já são usados em localidades nos Estados Unidos para definição de orçamento público ou mesmo escolha de candidatos. Um dos tipos testado é o voto ranqueado (*ranked choice voting*), em que os eleitores escolhem quantos candidatos quiserem, dando-lhes uma ordem de preferência.

Candidatos que obtêm mais primeiras escolhas, mas também aparecem como segunda ou terceira opção dos eleitores, têm melhor pontuação, maior chance de se eleger. Se um candidato receber a maioria de votos de primeira escolha, está eleito. Caso contrário, o candidato com menor número de primeiras escolhas é descartado, e seus votos redistribuídos. O processo continua até que algum candidato obtenha maioria, como já ocorreu em San Francisco, nos Estados Unidos.

Os defensores do voto ranqueado acham que ele muda as campanhas e a própria eleição

Os defensores do voto ranqueado acham que ele muda as campanhas e a própria eleição em várias medidas, além de incentivar a alternância de poder. Os eleitores também têm menos estímulo para não votar, pois podem dar sua primeira escolha a seu candidato preferido, mesmo que ele tenha pouca chance de ganhar, mas distribuir os demais votos estrategicamente para barrar um candidato ou fazer com que sua segunda escolha saia beneficiada.

Outra vantagem é desencorajar a campanha negativa, pois os candidatos pretendem obter o segundo ou terceiro votos do eleitor. Várias cidades dos Estados Unidos, como Minneapolis, San Francisco e Santa Fé, já adotam o ranqueamento, permitindo que os eleitores, em vez de votar contra alguém, possam votar naqueles que realmente refletem seu desejo, acabando com o voto útil, a escolha do "mal menor", muito em voga no Brasil.

Outro tipo de voto tem um nome péssimo: quadrático. Procura dar ao eleitor a condição de exprimir a intensidade da sua preferência, que o levou a votar neste e não naquele candidato ou proposta. Cada eleitor recebe um determinado número de "créditos" que deve utilizar para influenciar a aprovação ou desaprovação de determinada decisão.

Se quiser aumentar seu poder de influência, o eleitor pode "comprar" votos adicionais. O "preço" de cada voto adicional é determinado por regras definidas pela autoridade eleitoral e aumenta à medida que o eleitor "compra" mais votos. Ele pode carregar todo o seu crédito num candidato ou assunto, mas sua influência é reduzida por critérios matemáticos que envolvem o quadrado do número de votos (daí o nome "voto quadrático").

A ideia é reduzir a possibilidade de que uma minoria se imponha artificialmente. Um eleitor que seja militante a favor do casamento gay poderia gastar todo o seu estoque de votos a favor, ou até "comprar" mais votos de eleitores que não se importem muito com a questão. O mesmo podem fazer os que são militantemente contra. O ITS Rio e RadicalxChange dos Estados Unidos, patrocinados pela Fundação Rockefeller, já testaram o voto quadrático tanto no Brasil, em Gramado (RS), quanto em Denver, no Colorado.

Muito do que relato acima sobre o funcionamento dos votos é repetição literal do que escrevi em 2018.

GRUPO GLOBO

Princípios editoriais do Grupo Globo: http://gle.bo/pri_edit

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE: João Roberto Marinho
VICE-PRESIDENTES: José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

O GLOBO
é publicado pela Editora Globo S/A.
DIRETOR-GERAL: Frederic Zoghaib Kachar
DIRETOR DE REDAÇÃO E EDITOR RESPONSÁVEL: Alan Gripp
EDITORES EXECUTIVOS: Leticia Sander (Coordenadora), Alessandro Maia, André Vieira da Fábula Bartolsa, Luiza Bapteista e Paulo Celso Pereira
EDITOR DO IMPRESSO: Miguel Caballero
EDITOR DE OPINIÃO: Helio Gurovitz
Rua Marquês do Pombal, 25 - Coradi Arcoa - Rio de Janeiro, RJ
CEP 20.230-240 - Tel: (21) 2534-5000 Fax: (21) 2534-5535

EDITORES
Política e Brasil: Thiago Prado - thiago.prado@oglobo.com.br
Rio: Rafael Galdo - rafael.galdo@oglobo.com.br
Economia: Luciana Rodrigues - luciana.rodrigues@oglobo.com.br
Mundo: Leila Suwiten - leila.suwiten@oglobo.com.br
Saúde: Ariana Dias Lopes - ariana.dias.lopes@oglobo.com.br
Segundo Caderno: Marcelo Dantas - dantas@oglobo.com.br
Esportes: Thales Machado - thales.machado@oglobo.com.br
Fotografia: André Sarmento - asarmento@oglobo.com.br
Home e redes sociais: Tiago Dantas - tiago.dantas@oglobo.com.br
Audiência: Caroline Goulart - gabi@oglobo.com.br
Acervo e Pesquisa: William Fidal Filho - william@oglobo.com.br

SUPLEMENTOS
Boa Viagem: Marcelo Dantas - dantas@oglobo.com.br
Rio Show: Inês Amorim - ines@oglobo.com.br
Ela: Mariana Caruso - mcaruso@oglobo.com.br
Bairros: Victor Catroon Filho - mailcrio@oglobo.com.br

SUCURSAIS
Brasília: Thiago Bronzatto - thiago.bronzatto@bsb.oglobo.com.br
São Paulo: Renato Andrade - renato.andrade@sp.oglobo.com.br

ATENDIMENTO AO ASSINANTE
www.portaldoassinante.com.br ou pelos telefones: 4002-5300 (capitais e grandes cidades)
0800-0218433 (demais localidades)
WhatsApp: 21 4002 5300
Telegram: 21 4002 5300

ASSINATURA MENSAL
com débito automático no cartão de crédito
ou débito automático em conta-corrente
(preço de seguinte a o integral)
(para RJ, MG, SP e ES: R$ 169,90
(O Globo não faz cobranças em domicílio)

VENDAS EM BANCA
Dias úteis: RJ, SP, MG e ES: R$ 6,00
Demais qs: RJ, SP, MG e ES: R$ 10,00
Carga tributária aproximada de 20%

O GLOBO não aceita em contratos para cobrança de multa ou renovação de assinatura. Desconsidere qualquer contato ou cobrança de outros temas. Fique de O GLOBO em seu poder de venda, exceto para venda avulsa de jornais.

FALE COM O GLOBO:
Geral (21) 2534-5000 Classifone (21) 2534-4333
Assinaturas 4002-5300 ou oglobo.com.br/assine

AGÊNCIA O GLOBO DE NOTÍCIAS: Venda de notícias: (21) 2534-5501 Banco de imagens: (21) 2534-5777
Pesquisa: (21) 2534-5201

PUBLICIDADE Notícias: (21) 2534-4300 Classificados: (21) 2534-4333 Jornais de Bairro: (21) 2534-4350
Missas, religiosos e Kinders: (21) 2534-4313
Plantão nos fins de semana e feriados: (21) 2534-5150

FSC
Leia mais e fale grátis
Carbon Free